



**CARTA DO RIO DE JANEIRO**  
**CONFERÊNCIA ESTADUAL POPULAR DE EDUCAÇÃO**  
**RIO DE JANEIRO MARIELLE FRANCO**

Os participantes da Conferência Estadual Popular de Educação do Rio de Janeiro *Marielle Franco*, etapa estadual da CONAPE, reunidos em plenária, no dia 24 de março de 2018, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, reafirmam coletivamente o relevante papel da Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE) na construção da democracia participativa no âmbito da educação brasileira e da implementação do PNE. Em consonância com os objetivos da etapa nacional reiteram seu propósito de organizar e manter a mobilização em torno da defesa do PNE, da necessidade de monitoramento e avaliação das metas, de acordo com a CONAE 2010 e 2014, da proposição de medidas e análise crítica daquelas que inviabilizam a efetivação do Plano, em especial a EC n. 95/2016 que estabelece teto de 20 anos aos gastos públicos federais no tocante aos direitos sociais.

**Reafirmamos** a opção do Fórum Estadual de Educação do Rio de Janeiro (FEERJ), manifesta formalmente ao Ministério da Educação, pela realização da Conferência Estadual Popular (CONEPE), e aqui nos reunimos para discutir proposições e produzir resistência potente ao estado de exceção a que o país e o Rio de Janeiro, especialmente, estão submetidos desde o golpe de 2016, que provocou uma crise político-econômica-institucional profunda na sociedade brasileira, que nos enche de dor e desesperança mas também nos incita a resistir e lutar.

**Reiteramos**, ainda, que sob a condução do FEERJ, espaço democrático e plural, que oportunizou aprofundar intensamente a participação de todos aqueles que acreditam e batalham por ideias e práticas em favor de uma educação universal *de e com* qualidade, visando favorecer a equidade e a urgente redução da desigualdade entre grupos sociais e identitários que habitam o estado do Rio de Janeiro. Assim, os participantes desta Conferência **repetem, gritam e insistem**:

**NENHUM A MENOS**: nem direitos, nem menor autonomia universitária; nenhuma restrição orçamentária; nem um estudante fora da escola, onde quer que esteja; nenhuma escola nem qualquer turma fechada; nem um profissional da educação desvalorizado, vilipendiado, desassistido, mal remunerado, não reconhecido; nenhum conteúdo acadêmico-científico censurado; nenhuma pesquisa adiada; nenhuma interdição à escola pública seja na periferia das cidades ou no campo; nenhum rejeite a matrículas em qualquer turma de qualquer nível e modalidade de ensino; e nenhum valor que coíba o exercício da formação humana de pessoas que atuem para construir uma sociedade justa e equânime, protetora do ambiente e feliz!

**Levantamos** nossas vozes para denunciar todas as opressões e nossas mãos para nos irmarmos na luta cotidiana pela superação de formas de dominação da humanidade pelo grande capital e seu projeto neoliberal que intensificou, nos últimos anos, os ataques aos direitos sociais e à classe trabalhadora, reduzindo a esfera pública e impondo privatizações, ajustes fiscais e cortes de recursos para a educação, a saúde, a cultura, a assistência e demais políticas sociais, ampliando o desemprego e a miséria e negando direitos sociais arduamente conquistados e garantidos pela Constituição Federal de 1988, que em 5 de outubro de 2018 completará 30 anos.

**Denunciamos** a opção política de desinvestimentos na educação e na saúde, na ruptura de garantia dos direitos da população, e em cortes orçamentários nas áreas sociais, cumprindo um projeto econômico que não foi escolhido pela população nas urnas e que inviabiliza o direito à educação pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada – este o alvo preferencial dos ataques do governo golpista de Michel Temer e do Governador Luiz Fernando Pezão. Os ataques à educação pública objetivam paralisar processos educativos impulsionadores de mudanças nas estruturas sociais, políticas e econômicas do país, que contribuem diretamente para a superação das imensas desigualdades socioeconômicas que cindem a sociedade carioca, fluminense e brasileira. Exemplificamos com a denúncia de que o único veto à Lei Orçamentária Anual de 2018 foi à estimativa de recurso extra de R\$1,5 bilhão para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), e a não implementação do Custo Aluno Qualidade-Inicial (CAQi), demonstrando que, para o governo golpista, educação não é prioridade e nem é considerada investimento, mas somente despesa a ser cortada.

**Denunciamos** que os ataques à educação foram as primeiras ações do Governo Temer, ao alterar inescrupulosamente a composição do CNE, desmontar e descaracterizar o FNE e a CONAE, impor um ajuste fiscal que inviabiliza o cumprimento das metas do PNE o que, na prática, anula o direito à educação de crianças, jovens e adultos brasileiros. A política entreguista do petróleo, dos *royalties* e das riquezas naturais; privatização da água; o avanço exponencial do privado no dinheiro público, em todos os níveis de ensino; a edição danosa da reforma trabalhista; a ameaça incessante da reforma da previdência; a desqualificação permanente do sentido da educação pública de qualidade, ao editar uma BNCC mecanicista e voltada aos interesses do mercado; a liquidação do ensino médio; a agressão sem base fática de autoridades universitárias – não esquecer jamais do suicídio do Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina – e de cátedras; de omissão ao desmonte da UERJ – quinta maior instituição de educação superior brasileira – da UENF, UEZO e da FAETEC que têm resistido heroicamente ao ataque; as contínuas alterações na formação de professores representada por editais como PIBID e Residência Pedagógica e omissão do edital PARFOR e nas políticas que abrigam e defendem a diversidade da população brasileira – de direitos historicamente interditados, como populações negra, de mulheres, LGBTT, comunidades quilombolas, caiçaras, povos indígenas, itinerantes, comunidade surda, pessoas com deficiência e pessoas em situação de privação de liberdade e em cumprimento de medidas socioeducativas que exigem reação urgente e qualificada. Denunciamos, por fim, a ação equivocada do Supremo Tribunal Federal ao permitir o ensino religioso confessional, ferindo o princípio da laicidade do ensino público.

**Reafirmamos** que uma de nossas principais tarefas, neste momento, é a defesa da democracia e do estado democrático de direito. Denunciamos que a instauração do estado de exceção com o golpe jurídico-midiático-parlamentar que efetivou o *impeachment* da presidenta Dilma e a assunção ao poder de Michel Temer legitima assassinatos como os da companheira Marielle Franco e de Anderson Gomes, executados enquanto nos encontramos sob intervenção militar no Rio de Janeiro, que longe de trazer segurança à população tem constituído mais ameaça à vida das pessoas. Denunciamos, assim, também a intervenção federal no RJ que traz a marca da crescente militarização dos governos neoliberais no continente latino-americano, que pode intensificar o extermínio de populações consideradas indesejáveis e descartáveis para o sistema capitalista, como a juventude negra, pobre e das periferias.

**Denunciamos**, enfaticamente, o assassinato de Marielle Franco que, mais do que mulher, negra, “cria da Maré”, foi liderança que lutava contra políticas de exclusão e defendia sem tréguas um projeto ético-político socialista, denunciando a retirada de direitos da classe trabalhadora e ataques à população mais pobre e estigmatizada; lutava por direitos iguais para todos, sem discriminação de gênero e orientação sexual, de origem social, padrão econômico, matriz religiosa ou diversidade étnico-racial.

**Denunciamos** ainda como grave ameaça à democracia as tentativas do judiciário de rompimento com o ordenamento legal constitucional e infraconstitucional, gerando instabilidade jurídica e ameaçando discricionariamente pessoas e partidos políticos, negando a conquista civilizatória de presunção de inocência até prova em contrário — arma que pode se voltar sobre cada um de nós.

**Defendemos**, de modo intransigente:

- ✓ a educação como direito de todos e dever do Estado, duramente conquistado na Constituição Federal de 1988, de caráter irrevogável;
- ✓ a educação pública a serviço da emancipação humana, compreendida como investimento, jamais tratada como gasto;
- ✓ o cumprimento das metas e estratégias do PNE em consonância com o deliberado na CONAE de 2010 e 2014, nos avanços para assegurar o direito à educação;
- ✓ o controle social por meio do planejamento, do acompanhamento e avaliação da educação básica, revisando o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Sinaeb) demandado pelo PNE 2014-2024, a fim de superar avaliações padronizadas de larga escala;
- ✓ o combate à mercantilização e financeirização da educação;
- ✓ financiamento exclusivamente público das Instituições Federais de Ensino Superior, garantindo a excelência do ensino, pesquisa e extensão e a democratização do acesso a todos os sujeitos;
- ✓ revisão de políticas de certificação, como o ENCCEJA, em detrimento da oferta de políticas de atendimento presencial a jovens, adultos e idosos.

**Defendemos, no estado do Rio de Janeiro**, de modo intransigente:

- ✓ autonomia do FEERJ enquanto durar o governo golpista e não estiver restaurada a institucionalidade democrática no FNE;
- ✓ a atualização / construção do plano estadual de educação e acompanhamento / monitoramento sistemático dos planos municipais de educação com perspectiva democrática e inclusiva;
- ✓ a construção de uma visão sistêmica educacional, que assegure a autonomia das escolas e a gestão democrática;
- ✓ o planejamento da municipalização que respeite a autonomia e o dever com a educação dos entes federados;
- ✓ que acesso, permanência, sucesso sejam princípios para todos os níveis e modalidades de ensino;
- ✓ o protagonismo dos estudantes que vigorosamente demonstraram saber que projeto de educação desejam para sua formação e dos profissionais da educação, garantindo autonomia pedagógica e formação continuada;
- ✓ a educação de jovens, adultos e idosos como direito, garantindo a oferta presencial de turmas, escolas e matrículas em todas as redes educacionais;
- ✓ financiamento exclusivamente público das universidades estaduais UERJ, UENF, UEZO e da FAETEC, garantindo a excelência do ensino, pesquisa e extensão e a democratização do acesso a todos os sujeitos;
- ✓ financiamento exclusivamente público da educação básica pública no estado do Rio de Janeiro que garanta as condições de trabalho dos profissionais e aprendizado dos estudantes.

**Em reconhecimento** ao papel preponderante e fundamental da luta empreendida por Marielle Franco na cidade do Rio de Janeiro, o coletivo presente a esta Conferência aclamou-a *Conferência Estadual Popular de Educação do Rio de Janeiro Marielle Franco*.

**Reafirmamos**, nesta **Carta do Rio de Janeiro**, que uma de nossas principais tarefas, neste momento, é a defesa da democracia e do estado democrático de direito, porque *educação se constrói com democracia!*

Rio de Janeiro, 24 de março de 2018.

Plenária Final da CONEPE RJ.